

## Condenada a emancipação dos índios

Da sucursal de  
BRASÍLIA

Assinado por 160 antropólogos, linguistas e médicos ligados a atividades junto a grupos tribais, foi divulgado ontem, manifesto de repúdio à tentativa do ministro do Interior, Rangel Reis, de alterar, por decreto, o Estatuto do Índio, a fim de permitir que, por decisão unilateral do Estado, sejam emancipadas comunidades indígenas ou algum de seus membros. Defendem os signatários do documento que não pode caber a Funai indicar quais as comunidades indígenas aptas a serem emancipadas, argumentando que não existem critérios válidos para a suspensão da tutela que não partam da iniciativa dessas próprias comunidades.

"Na realidade — afirma o documento — com esta tentativa de alteração do estatuto, o Estado está querendo abrir — após mais de 400 anos de espoliação — canais legais para se isentar da responsabilidade da tutela das comunidades indígenas. É ao contrário, o momento para o Estado reconhecer e garantir às populações indígenas a propriedade de seu território, registrando-o devidamente e em forma de propriedade coletiva, contínua, inalienável e suficientemente extensa para permitir o incremento da população".

Os indígenas acham mais urgente uma ação do governo no sentido de completar o processo de demarcação das terras indígenas, anunciado pela Funai para este ano. "Sem a demarcação das terras, sem assistência educacional, sanitária e aos projetos de desenvolvimento comunitários, a emancipação redundará, fatalmente, no desaparecimento de vários grupos tribais. Assim, se não pode caber à Funai a iniciativa de apontar os grupos a serem emancipados, cabe-lhe, ao contrário, a responsabilidade de zelar para que esta emancipação venha a concretizar-se em condições propícias."

OESP - 02/03/78  
H1R00083

O documento faz uma crítica direta à afirmação feita por Rangel Reis de que "é um absurdo não se ter encontrado, até hoje, uma forma de dar melhores oportunidades ao índio que está na miséria, agregado à terra e sem novas chances de trabalho". "Ora, essa miséria — assinalam os indigenistas — que é característica dos grupos indígenas em contato mais estreito com a sociedade nacional, é fruto justamente de uma experiência histórica na qual, até por omissão, o Estado executou uma política antiindígena."

Assinam o documento, entre outros; a antropóloga Lux Vidal, da USP; Expedito Arnaud, diretor do Museu Gooldi, de Belém; Roberto Baruzzi, da Escola Paulista de Medicina; Aryon Dall'Igna Rodrigues, da Unicamp; Carmem Junqueira, da PUC-SP; Vénusia Cardoso Neiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Renate B. Viertel, da USP; Peter Fray e Antonio Augusto Arantes, da Unicamp; Edgard de Assis Andrade, da PUC-SP; Leilá Landim Assumpção, da PUC; Antonio Carlos Magalhães Santos e Rubens Thomas de Almeida.